



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

### ACTA N.º 75/X/4.ª

Aos seis dias do mês de Janeiro do ano dois mil e nove reuniu, pelas dezasseis horas e cinco minutos, na sala três, a Comissão de Trabalho, Segurança Social e Administração Pública, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem de Trabalhos:

1. Apreciação e votação das Actas n.ºs 73 e 74;
2. Apreciação do Parecer relativo ao **Projecto de Lei n.º 497/X/3.ª (PCP) - Institui o programa nacional de combate à precariedade laboral e ao trabalho ilegal** - Deputado autor do parecer: Pedro Mota Soares (CDS-PP);
3. Apreciação de Relatórios de Audiências concedidas pelo Grupo de Trabalho das Audiências;
4. Nomeação de Deputado autor de parecer para as seguintes iniciativas legislativas:
  - **Projecto de Lei n.º 618/X/4.ª (BE) - Estabelece o regime laboral e social dos investigadores científicos e do pessoal de apoio à investigação (PS);**
  - **Projecto de Lei n.º 619/X/4.ª (BE) - Estabelece a pensão de reforma por inteiro com 40 anos de descontos, sem penalização (PSD);**
  - **Projecto de Lei n.º 620/X/4.ª (BE) - Altera as regras da atribuição do subsídio de desemprego introduzindo uma maior justiça social (PS);**
  - **Projecto de Lei n.º 623/X/4.ª (BE) - Altera o regime de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S.A., e consagra o direito de acesso a todo o tempo a uma indemnização emergente de doenças profissionais (PSD);**
  - **Projecto de Lei n.º 625/X/4.ª (PCP) - Altera o regime jurídico de acesso às pensões de invalidez e velhice pelos trabalhadores da Empresa Nacional de Urânio, S.A (PS);**
5. Indicação de um Deputado para participar na Conferência Parlamentar de Alto Nível sobre Migração e Coerência das Políticas de Desenvolvimento, organizada conjuntamente pelo Parlamento Europeu, pela Comissão Europeia e pela Organização de Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) que terá lugar no Parlamento Europeu (Bruxelas) no dia 15 de Fevereiro;
6. Agendamento da discussão e votação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 223/X (GOV)**, que transpõe para a ordem jurídica interna a Directiva n.º 2005/36/CE do Parlamento Europeu e do



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Conselho, de 7 de Setembro de 2005, relativa ao reconhecimento das qualificações profissionais, e a Directiva n.º 2006/100/CE do Conselho, de 20 de Novembro de 2006, que adapta determinadas directivas no domínio da livre circulação de pessoas, em virtude da adesão da Bulgária e da Roménia e do **Projecto de Lei n.º 372/X (PSD) *Cria o regime de protecção especial de crianças e jovens com doença oncológica;***

### 7. Outros assuntos.

O Senhor Presidente da Comissão, Deputado Alberto Arons de Carvalho (PS), deu início à reunião, estendendo os votos de um bom ano a todos os presentes, após o que submeteu à votação as Actas número setenta e três e setenta e quatro, que foram aprovadas por unanimidade.

No segundo ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP), previamente à apresentação do Parecer relativo ao Projecto de Lei n.º 497/X (PCP) – Institui o programa nacional de combate à precariedade laboral e ao trabalho ilegal, fez votos de bom ano, comentando que, do seu ponto de vista, será um ano difícil do ponto de vista do combate partidário. Terminada a apresentação do parecer do Projecto de Lei n.º 497/X (PCP), submetidos a votação os pontos I e III nos termos regimentais, foram os mesmos aprovados por unanimidade.

De seguida, foram apreciados os relatórios de audiências concedidas a uma delegação da Assembleia Nacional da Sérvia em 6 de Novembro; ao Secretário-Geral da Federação Mundial Sindical em 16 de Dezembro e ao Sindicato Nacional dos Psicólogos em 17 de Dezembro. A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) sugeriu, quanto à última audiência, que fossem pedidos esclarecimentos ao Ministério da Saúde sobre o andamento da instalação da comissão instaladora da Ordem dos Psicólogos. O Senhor Deputado Fernando Antunes (PSD) disse que não se opunha a essa diligência. Do mesmo modo, o Senhor Deputado Jorge Machado (PCP) informou que o PCP já tinha dirigido uma pergunta ao Ministério do Trabalho e da Solidariedade Social sobre a ACT. Por sua vez, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) referiu que à comissão instaladora da Ordem dos Psicólogos incumbe proceder ao recenseamento dos psicólogos mas não tem competência para emitir cédulas profissionais.



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

No ponto seguinte da Ordem de Trabalhos, foram nomeados autores dos pareceres das seguintes iniciativas legislativas os Senhores Deputados identificados: Projecto de Lei n.º 618/X (BE) – Deputada Isabel Coutinho (PS); Projecto de Lei n.º 619/X (BE) – Deputada Adão Silva (PSD); Projecto de Lei n.º 620/X (BE) – Deputado Miguel Laranjeiro (PS); Projecto de Lei n.º 623/X (BE) – Deputado Miguel Santos (PS); Projecto de Lei n.º 625/X (PCP) – o Deputado do Grupo Parlamentar do PS será indicado posteriormente.

No quinto ponto da Ordem de Trabalhos o Senhor Presidente informou que é necessária uma coordenação entre várias comissões de modo a chegar a acordo sobre a representação partidária dos quatro Deputados que irão participar na Conferência Parlamentar de Alto Nível sobre Migração e Coerência das Políticas de Desenvolvimento.

No sexto ponto da Ordem de Trabalhos, procedeu-se por consenso ao agendamento da discussão e votação na especialidade da **Proposta de Lei n.º 223/X (GOV)** para o **dia 20 de Janeiro**, devendo as propostas de alteração ser entregues até ao dia 16 do mesmo mês. Já a discussão e votação na especialidade do **Projecto de Lei n.º 372/X (PSD)** foi marcada para o **dia 27 de Janeiro**, devendo as propostas de alteração ser entregues até ao dia 23 do mesmo mês.

No último ponto da Ordem de Trabalhos, o Senhor Presidente usou da palavra para dar, em primeiro lugar, um esclarecimento relativo à necessidade de ser republicada no Diário da Assembleia da República a Proposta de Lei n.º 223/X, por não ser visível a totalidade do texto constante dos anexos. Em segundo lugar, questionou se havia ou não condições para realizar o seminário marcado para o dia 27 de Janeiro. A Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) sugeriu que, na reunião da próxima semana, fosse feito o ponto da situação sobre esse evento, atendendo ao facto de ainda não ser conhecido o despacho do Senhor Presidente da Assembleia da República e de o grupo de trabalho constituído para o efeito ainda não ter reunido.

O Senhor Deputado Pedro Quartim Graça (PSD) pediu a palavra para solicitar de novo que fosse repensado o horário das reuniões da Comissão, propondo que passassem para as catorze horas e trinta minutos, ao que o Senhor Presidente respondeu que, posteriormente, será tomada uma decisão a esse respeito.

O Senhor Deputado Francisco Lopes (PCP) suscitou a questão relativa ao envio para o Tribunal Constitucional de uma norma do Código do Trabalho, que foi declarada



## COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

inconstitucional para fazer duas observações. A primeira, para referir que, quanto ao alargamento do período experimental, apesar de, na discussão, na especialidade, terem sido feitos sucessivos alertas para o conteúdo da norma, o Grupo Parlamentar não teve em atenção essa argumentação. Congratulou-se por ter de ser agora corrigida. A segunda, para expressar que o confronto dos direitos dos trabalhadores com o disposto na Constituição da República Portuguesa é muito mais amplo, constituindo a matéria do período experimental a ponta do *iceberg*.

A este respeito, a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) lembrou o que foi sempre o pensamento do PS no sentido de que tal norma não seria inconstitucional.

Quanto à ordem de trabalhos da próxima reunião, na sequência de a Senhora Deputada Maria José Gamboa (PS) ter proposto que tivesse início o trabalho na especialidade relativo à Proposta de Lei n.º 204/X (GOV) Proceda à terceira alteração do Estatuto da Ordem dos Farmacêuticos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 288/2001, de 10 de Novembro, o Senhor Deputado Pedro Mota Soares (CDS-PP) sugeriu que se procedesse à audição de representantes da Ordem dos Farmacêuticos e da Ordem dos Médicos Veterinários, o que foi aceite por consenso.

O Senhor Presidente da Comissão encerrou a reunião às dezassete horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 12 de Janeiro de 2009.

**O PRESIDENTE,**

**Alberto Arons de Carvalho**



**COMISSÃO DE TRABALHO, SEGURANÇA SOCIAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**Folha de Presenças**

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Alberto Arons de Carvalho  
Arménio Santos  
Costa Amorim  
Custódia Fernandes  
Esmeralda Salero Ramires  
Fernando Antunes  
Francisco Lopes  
Isabel Coutinho  
Isabel Santos  
Maria Cidália Faustino  
Maria José Gamboa  
Mariana Aiveca  
Miguel Laranjeiro  
Miguel Queiroz  
Miguel Santos  
Pedro Mota Soares  
Pedro Quartim Graça  
Fernando Negrão  
Jorge Machado  
Maria Helena Rodrigues

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Adão Silva  
Jorge Strecht